



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA-GERAL
Praça dos Três Poderes - Palácio do Planalto
Anexo II – Ala A – sala 105
70150-900 - Brasília-DF
Tel.: (61) 3411-3892/2403 – Fax: (61) 3226-9385

15ª Reunião Plenária CNAPO

RELATÓRIO

Programação

21.09.2016 - Reunião da Sociedade Civil

Período	Atividade	Local
14h –18h	• Diálogo da Sociedade Civil sobre a PNAPO	CECAD – Auditório*

* O CECAD localiza-se na Via N2 norte, próximo aos fundos dos Anexos do Palácio do Planalto.

Dia 22.09.2016 - Plenária

Local: Palácio do Planalto, Anexo I, Auditório.

Período	Atividade
9h30 – 9:45h	• Abertura (SEGOV/PR – Secretaria Executiva da CNAPO) -Indicação da representante da Sociedade Civil para participar da coordenação da plenária. - Apreciação do relatório da 14ª Reunião Plenária; - Aprovação da pauta da 15ª Reunião Plenária.
9h45 – 10h45	• Perspectivas da PNAPO: Diálogo entre Governo e Sociedade. Composição da Mesa. -Saudação da Secretaria de Governo da Presidência da República (SEGOV/PR), Henrique Villa, Secretário de Articulação Social;

	<ul style="list-style-type: none"> - SEAD: Everton Ferreira, Secretário Substituto da Agricultura Familiar e Secretário-Executivo da CIAPO; - MAPA: José Rodrigues Dória, Secretário de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo; - Conab: Cleide Laia, Diretora de Política Agrícola e Informações; - Embrapa: Waldyr Stumpf, Diretor Executivo de Transferência Tecnologia; - MDSA: Caio Rocha, Secretário de Segurança Alimentar e Nutricional; - MCTIC: Osório Coelho, Diretor do Departamento de Ações Regionais para Inclusão Social; - MEC: Franclin Nascimento, Assessor Especial do Gabinete da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/SETEC; - MMA: Mauro Oliveira Pires, Diretor de Extrativismo da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Extrativismo; - MS: Eduardo Augusto Nilson, Coordenador Geral de Alimentação e Nutrição; - BNDES: Fernanda Thomaz da Rocha, Gerente de Inclusão Produtiva; - FBB: Rogério Bressan Biruel, Diretor de Desenvolvimento Social.
10h45 – 12h	<ul style="list-style-type: none"> • Diálogo com a Plenária
12h – 13h45	Almoço
13h45 – 14h15	<ul style="list-style-type: none"> • Lançamento das Fichas Agroecológicas (MAPA) e Lançamento do Hot Site (SEAD)
14h15 – 15h30	<ul style="list-style-type: none"> • PLANAPO (2016-2019) - CIAPO - Comunicação - Monitoramento
15h30 – 16h30	<ul style="list-style-type: none"> • CNAPO - Mandatos da Sociedade Civil - Programação até dezembro/2016
16h30 – 17h15	<ul style="list-style-type: none"> • Informes: - Agrotóxicos (Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e Pela Vida)

MANHÃ

- **Abertura** (SEGOV/PR – Secretaria Executiva da CNAPO)
- **Perspectivas da PNAPO: Diálogo entre Governo e Sociedade.**

Obs: Informamos que, por motivo de falha no equipamento de áudio/vídeo não foi possível transcrever todas as falas do evento.

-Saudação da Secretaria de Governo da Presidência da República (SEGOV/PR), Henrique Villa, Secretário de Articulação Social;

Em sua fala de saudação, o secretário Henrique Villa destacou que, o que chamou de círculo de abertura, com a representação de 12 órgãos envolvidos com a PNAPO, demonstra a importância do tema para o governo federal. Primeiramente, se apresentou como consumidor de alimentos orgânicos e, como gestor e servidor público de carreira, com atuação em órgãos como o Ministério da Integração Nacional, demonstrou compromisso e responsabilidade com a continuidade e aperfeiçoamento das políticas públicas de desenvolvimento, especialmente de recorte regional, onde certamente a agroecologia tem muito a contribuir.

Destacou o tema dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS, como caro à SNAS e com muitas interfaces com a agroecologia e produção orgânica. Teceu elogios ao modelo de governança da PNAPO, com participação social e com o desafio de coordenação das políticas transversais no âmbito do governo federal. Concluiu reafirmando o compromisso da SEGOV/PR e da SNAS na PNAPO e CNAPO.

- SEAD: Everton Ferreira, Secretário Substituto da Agricultura Familiar e Secretário-Executivo da CIAPO.

Everton ratificou o compromisso da SEAD com a PNAPO, com o PLANAPO e com o diálogo com a sociedade, explanando que trata-se de diretrizes e temas indissociáveis da agenda da agricultura familiar. Como desafio, destacou a transformação do PLANAPO em planos operativos, com meta e valores orçamentários. Outro desafio está na definição do modelo institucional da atual SEAD nesse momento de reestruturação do que era o MDA. Ainda como desafios, elencou os temas do PLANAPO 2, crédito rural, ANATER e contratos de ATER, que devem ser ampliados e aperfeiçoados, com a mensuração de seus resultados.

- MCTIC: Osório Coelho, Diretor do Departamento de Ações Regionais para Inclusão Social: Osório também demonstrou a continuidade do compromisso com o PLANAPO 2, com a PNAPO e CNAPO, destacando a importância de cada ministério/órgão para o sucesso do Plano. Não considera que o tema esteja diminuindo de importância no governo, informando que no MCTI há recursos financeiros e orçamentários já destinados para suas iniciativas, como o apoio as redes de núcleos de agroecologia, que devem, inclusive, ser ampliados. Acredita que a agroecologia trata do futuro da alimentação e da soberania e segurança alimentar e nutricional, e do próprio desenvolvimento sócio econômico do país.

- MEC: Franclin Nascimento, Assessor Especial do Gabinete da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica/SETEC: Franclin também afirmou a importância da continuidade da PNAPO, do PLANAPO e da CNAPO, assegurando que há recursos da SETEC já comprometidos para a execução das iniciativas do MEC. Aproveitou para divulgar o Simpósio Nacional de Inclusão Social e Diversidade, que será realizado de 27/11 a 02/12, e que tem 2 dos 12 eixos relacionados com o tema da agroecologia e

produção orgânica, que são: educação do campo e educação de jovens e adultos. Sobre as recentes mudanças no órgão, destacou que os servidores envolvidos continuarão participando das instâncias, de modo que não haverá alterações no compromisso do órgão.

- MAPA: José Rodrigues Dória, Secretário de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo. O secretário reafirmou o compromisso do Ministério com a PNAPO, inclusive citando que foi a única área do Ministério que não teve recursos contingenciados.

- BNDES: Fernanda Thomaz da Rocha, Gerente de Inclusão Produtiva: Como convidado permanente, Fernanda reconhece a oportunidade rica de debater com o governo e a sociedade os projetos que contam com o apoio do BNDES. Destacou o reconhecimento internacional da agroecologia como modelo de agricultura para o presente e futuro, a aliança entre prática e ciência, e a relevância do Brasil neste cenário. Ressaltou que a PNAPO virou diretriz estratégica para os projetos de agricultura familiar do BNDES, sendo o Programa Ecoforte a principal iniciativa do Fundo Social, onde destacou sua inovação institucional, de centrar seu apoio às redes e territórios. Lembrou que já houve uma devolutiva dos resultados na última plenária da CNAPO e que a participação do BNDES pode trazer reflexões para novos temas no âmbito do Planapo 2. Aproveitou a oportunidade para anunciar que, em articulação com a FBB, lançarão um segundo edital Ecoforte Redes, com acréscimo de 40% de recursos do Fundo Amazônia.

- FBB: Rogério Bressan Biruel, Diretor de Desenvolvimento Social: Justificou que houve uma parada nos trabalhos devido ao contexto de transição mas que o objetivo é ampliar a participação da Fundação. Informou que estão estruturando uma equipe técnica para acompanhar, citando o trabalho dos parceiros que acompanham já a CNAPO e o PLANAPO. Colocou ainda o empenho da FBB em captar outros e mais recursos, inclusive, internacional, citando a Fundação Macrtney.

- MMA: Mauro Oliveira Pires, Diretor de Extrativismo da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Extrativismo: Também reafirmou o compromisso do MMA com a PNAPO, inclusive, citando interesse do próprio Ministro Sarney Filho. Destaca a PNAPO ter sido elaborada das bases sociais para as instâncias de governo, e que o PLANAPO 2 demonstra a consolidação deste processo, que contou com o apoio fundamental dos servidores nos diferentes órgãos envolvidos. Esclarece que compromisso se traduz em recursos orçamentários, destacando que a PNAPO também traz contribuições às outras políticas do órgão, tal como a Política Nacional de Adaptação as Mudanças do Clima – PNA. Ressalta também os dois eixos do PLANAPO 2 que considera caros ao MMA, que são: Terra e Territórios e Sociobiodiversidade, que envolvem o relevante público dos povos e comunidades tradicionais.

- MDSA: Caio Rocha, Secretário de Segurança Alimentar e Nutricional. Retomando alguns dados de execução do PLANAPO, ressaltou o enorme envolvimento do então

MDS com a execução das ações de cisternas de produção. Assim, também em conversa com o Ministro Osmar Terra foi afirmada a continuidade e até possibilidade de ampliação do apoio através de parcerias, a exemplo do processo de compras institucionais que tem enorme potencial de avançar, citando, como exemplo, os centros das Forças Armadas. Destaca também como importante a parceria e envolvimento do MAPA, visto que possui a maior estrutura e orçamento dentre os órgãos envolvidos.

- Embrapa: Waldyr Stumpf, Diretor Executivo de Transferência Tecnologia: Destacou a PNAPo como referência mundial, cujo fórum da CNAPO foi e é fundamental para a construção e sustentação dessa referência. Explanou que, em recente viagem à trabalho realizada no México, cerca de 17 países demonstraram interesse nesta experiência brasileira, o que comprova a demanda mundial por políticas públicas de apoio à agroecologia. Também afirmou o interesse e importância da Embrapa em continuar seu apoio institucional à PNAPo e CNAPO, citando como avanços o portfólio e a rede de pesquisadores na Embrapa.

- Conab: Wellington Silva Teixeira, representando a Diretora de Política Agrícola e Informações. Manifestou o compromisso da Conab com o Planapo 2016-2019, reafirmando a implementação das iniciativas acordadas.

- MS: Eduardo Augusto Nilson, Coordenador Geral de Alimentação e Nutrição. Reforçou a importância da PNAPo e do Planapo para a temática da alimentação saudável, uma das áreas de atuação do ministério.

• **Diálogo com a Plenária**

Inscrições:

Paulo Petersen/ABA

Estamos reinaugurando um momento de diálogo, e já que é um momento de apresentação - estamos conhecendo vocês, os novos gestores, vamos também nos apresentar, quais são as nossas credenciais e qual significado damos à esse espaço. Nós somos mulheres, homens, somos agricultores e agricultoras familiares, quilombolas, indígenas, extrativistas, pescadores artesanais, somos estudantes, educadores, professores, consumidores conscientes, que viemos de diferentes regiões do Brasil, preocupados com a enorme diversidade de origens culturais, geográficas, saberes e práticas. Mas estamos todos unidos em torno de uma convicção, com provas, pois hoje no Brasil há uma mania de convicções sem provas. Mas são convicções com provas empíricas, muito vivenciadas ao longo de gerações, e cada vez mais comprovadas cientificamente. Que é a convicção de que precisamos mudar o rumo das orientações para o desenvolvimento.

Sabemos que temos uma responsabilidade muito grande de estar aqui, pois somos representantes, não respondemos por nós, respondemos primeiro por um conjunto de movimentos, organizações, associações, redes de diferentes naturezas de todo o Brasil, desde organizações nacionais até organizações locais. Organizações essas portadoras de uma longa história, onde carregamos a bandeira do CEPET ARAJU, em que carregamos a bandeira do Zumbi e da Dandara, do Antônio Conselheiro, do Chico Mendes, do João Pedro Teixeira, Margarida Alves, Irmã Dorothy e tantos outros lutadores e lutadoras que defenderam na história o que estamos defendendo aqui. Então são bandeiras que nós temos muita responsabilidade em continuar carregando e entrar em unidade entre nós mesmos.

E ter uma interface com o Estado brasileiro que, historicamente, todos nós sabemos, foi muito violento com essas populações rurais e com a natureza, excluiu e permanece excluindo. Então é uma responsabilidade muito grande que nos cabe. E é exatamente pela luta histórica desses movimentos, que temos que reconhecer que a partir da década de 90, e esse é um marco importantíssimo, há o reconhecimento de que a agricultura não é uma coisa só, existem especificidades. E o Brasil foi um dos primeiros a reconhecer a existência de uma categoria chamada agricultura familiar.

Não é à toa que o Brasil teve um desempenho e uma visibilidade enorme no âmbito do Ano Internacional da Agricultura Familiar (AIAF/FAO/ONU) em 2014. Não é à toa que, no AIAF, o Brasil, seja na FAO, seja pelo próprio governo brasileiro, a partir do MDA, tomou iniciativas de também apresentar suas iniciativas e é uma grande referência mundial. E o reconhecimento da agricultura familiar, o governo brasileiro teve a sabedoria de criar um espaço institucional próprio para tratar da agricultura familiar, pois se sabe que isso não ocorre de um golpe, não acontece de um momento para o outro, é um processo de construção. Então a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi uma conquista dentro desse horizonte de lutas e, partir daí, uma série de políticas para a agricultura familiar foi sendo criadas.

No AIAF, dentro exatamente do desafio que já foi colocado aqui, de que nós vivemos uma crise planetária, e também daí vem o debate dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), que, inclusive, que foi levantado aqui como ação da SEGOV/PR. Sabemos que umas das questões que foram reconhecidas no AIAF é a que a agricultura familiar está no centro da origem de muitas das crises planetárias que nós vivemos. São crises convergentes, e que não podem ser tratadas uma a uma. Não existe uma crise ambiental, uma crise climática, uma crise ecológica, uma crise econômica, uma crise de pobreza, uma crise alimentar, uma crise de saúde, uma crise cultural. Elas são uma única crise, fazem parte de uma única crise e a questão agrária/agrícola está no centro da origem, pois é da relação como nós produzimos nossa economia e como nos relacionamos com a natureza. E a agricultura familiar é portadora, tem potencialidades para enfrentar de forma conjugada esse conjunto de crises. Várias pessoas aqui falaram

disso, da importância do enfrentamento dessas crises e do compromisso que o governo brasileiro assumiu diante dos ODS.

No entanto, quando essas políticas foram inauguradas, uma série de novas contradições aparecerem, pois esses potenciais da agricultura familiar não foram explorados. Muitas vezes há uma tentativa de fazer com que a agricultura familiar se comporte da mesma forma que a grande agricultura empresarial, com monoculturas, com alto uso de insumos, muito agrotóxico, produção de alimentos de baixa qualidade, muitas vezes nem alimentos. Tanto é que hoje, Waldir/Embrapa, o Brasil é cada vez mais importador de alimentos e não exportador. O Brasil está cada vez mais exportando commodities, inclusive a própria agricultura familiar, e esse é um grande desafio. Por isso temos crise de inflação de alimentos, pois a agricultura familiar não está sendo reconhecida em seu potencial. Mas o desafio não é só produzir alimentos, é produzir alimentos com qualidade, conservando a natureza, gerando empregos dignos, conservando a biodiversidade, adaptação às mudanças climáticas, mitigação. Então, nesse processo, houve todo um questionamento da lógica com a qual estas políticas da agricultura familiar estavam sendo desenhadas.

E aqui nós nos encontramos com a agroecologia. Agroecologia é, na verdade, um olhar sobre um conjunto de políticas que vem sendo desenhadas. E conseguimos, sobretudo, a partir dos últimos 13 anos, um conjunto de inovações institucionais muito poderosas e algumas foram até definidas aqui na Comissão Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (CNAPO).

Primeiro o entendimento de que a agricultura familiar não é um todo homogêneo, existem os quilombolas, existem os povos e comunidades tradicionais, existem os povos indígenas, existem os pescadores artesanais. E é preciso reconhecer essa diversidade e valorizar essa diversidade, pois isso é um potencial que nós temos. Reconhecer a cultura e os modos de vida. E nisso nós avançamos.

Reconhecer que o mundo rural é um mundo patriarcal, que é necessário superar as desigualdades de gênero e a questão da violência contra as mulheres, não só por uma questão ética, mas por uma questão de construção de nova sociedade e de valorização desses potenciais que nós temos para enfrentar os desafios dessa crise. E é um dos ODS-chave, a questão do enfrentamento da desigualdade de gênero. As políticas da agricultura familiar incorporam programas e políticas para as mulheres, assim como para a juventude.

Ou seja, nós fomos entendendo a nossa diversidade, nos tornando complexos e estamos num processo de avanço. É daí que nasce a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – a PNAPO. Não nasce do nada. Aquela ideia da “glória à tantas lutas inglórias”, não foram tão inglórias assim. Estamos aqui carregando essas bandeiras.

Ocorre que temos a expectativa, e aqui me refiro ao programa das cisternas como exemplo, de como foi possível a partir de uma proposição da sociedade civil, com as tecnologias sistematizadas e desenvolvidas por agricultores/as, por ONGs, depois teve uma contribuição do Estado, via Embrapa, de ajudar a sistematizar e transformar em política pública. Mas é uma política pública concebida com a sociedade civil e executada com a sociedade civil, essa é uma diferença enorme, é uma diferença enorme fazer dessa forma. Nos últimos 13 anos, nós implementamos 600 mil cisternas de primeira água e quase 100 mil cisternas de segunda água. O impacto sobre o semiárido é imenso, não só na questão da segurança alimentar e hídrica, da primeira água, mas na produção de alimentos de qualidade, empoderamento das mulheres, construção de mercados locais, conservação de biodiversidade, fortalecimento das associações, etc. Ou seja, é um encadeamento de consequências positivas e de articulação de políticas. Pois temos que olhar como o programa de cisternas articula-se com o PAA, PNAE, com a extensão rural, com a pesquisa, e com um conjunto de outras políticas. Existe uma articulação e é um exemplo de que não só é necessário fazer diferente e em parceria, pois o público não é igual ao governamental, o público é feito entre o Estado e a sociedade civil, e esses programas dão o exemplo de que, não só é possível, com R\$ 2 milhões, portanto, com pouco recurso se faz muita coisa em pouco tempo. É uma política social, pois de fato tem conseguido emancipar socialmente e economicamente, é uma política ambiental, é uma política agrícola, de saúde, de educação porque os agricultores/as viajam, trocam conhecimento, ou seja, aí está a intersetorialidade que buscamos.

E não tenho dúvida que esse programa foi muito inspirador, tenho certeza que inspirou a proposição da sociedade civil através da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) na elaboração da PNAPO. Porque precisamos de um Plano de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo)? Porque precisamos exercitar esse desafio da intersetorialidade. Por isso defendemos lá no início, com o ministro Gilberto Carvalho, a importância da CNAPO ficar aqui, na atual SEGOV/PR. É fundamental essa posição, é fundamental que permaneça assim, pois não estamos falando de política agrícola ou agrária, estamos falando de uma política de desenvolvimento, de desenvolvimento rural e de articulação com as cidades e com os consumidores. Então esse posicionamento estratégico é fundamental e ficamos satisfeitos de saber o compromisso da SEGOV/PR de manter essa agenda aqui dentro. Senão, dificilmente teríamos essa combinação de ministérios, é importante que isso fique muito claro pro nosso entendimento.

Agora esse plano (Planapo), tanto o primeiro quanto esse, passamos mais de um ano debatendo de forma descentralizada, o que funcionou e o que não, no que precisamos avançar, temos um conjunto de propostas que não vou entrar em detalhes aqui, mas só para referenciar que também nós, sociedade civil e Estado, temos uma articulação, inclusive, com outros fóruns como Consea e Condraf, não é um debate específico e apenas nesse espaço, nós construímos essa proposição e está assinada e temos uma forte expectativa de que essas lutas e essa construção institucional dê sequência, com o

compromisso de cada órgão/ministério de analisar quais são as iniciativas que lhes cabem. São 196 iniciativas, extremamente desafiante, mas estamos aqui pra tocar esse desafio pra frente, para que cada órgão/ministério analise suas iniciativas e, sobretudo, se comprometa orçamentariamente, pois é como esse compromisso e as prioridades se materializam, é quando o orçamento está alocado. Então essa é uma mensagem mais geral pra dizer qual é o significado pra nós, que estamos nessa construção há tanto tempo, desse espaço da agroecologia. Este espaço aqui é de aprimoramento do conjunto das políticas, enfatizamos da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais, mas evidentemente tem interação também com a agricultura orgânica. E é fundamental que a agricultura patronal seja mais racional, inclusive ela está cada vez mais dependente de empresas, o próprio ministro tem falado isso em seus discursos, então é extremamente desafiante que nós consigamos levar essa agenda pra frente.

- Irene Cardoso/ABA
- Gervasio Paulus/ASBRAER
- Generosa Silva/Unicafes
- Denis Monteiro/ANA
- Maria Verônica/MMTR-NE
- Marcos Rochinski/FETRAF
- Maria Muniz/STPOrg
- Beth Cardoso/
- Liliam Cardoso/GT Mulheres-ANA
- Dione Torquato/CNS

TARDE

Rogério Dias – MAPA

Lançamento das Fichas Agroecológicas

Lançamento parcial. Que todo mundo levasse seu catálogo para casa, mas não foi possível. Mas vamos enviar para todos.

Começamos esse projeto em 2010, e a ideia era atender a uma lacuna de acesso a tecnologias apropriadas para a produção orgânica. Tínhamos muito material, mas não estava disponível, sistematizado, em uma linguagem fácil para o agricultor, que pudesse ser facilmente utilizado.

Então pensamos uma coleção de tecnologias. Nossa proposta era que todas as tecnologias a serem divulgadas tinham que caber em uma folha. No máximo, frente e verso. Para trabalhar a questão da síntese e evitar essa mania de escrever trabalhos extensos, creditando o valor do trabalho ao número de páginas da publicação. Queríamos exercitar o contrário, que você consiga se expressar em poucas palavras, lembrando que é para um público que muitas vezes não tem muito tempo ou facilidade para lidar com muitas palavras, e se possível com muitas figuras, que pudessem mostrar passo a passo, etc. Outro pré-requisito era que não houvesse fotografias que em uma impressão em uma impressora normal, caseira, prejudicassem o aproveitamento da Ficha. Apesar de estarmos produzindo alguns catálogos em papel, que iremos enviar para os Núcleos de Agroecologia nas universidades e institutos, escritórios de Emater, Organizações que trabalham com agricultores, etc. Podemos fazer uma parte disso em papel, mas o objetivo é que estejam disponíveis em meio eletrônico, que qualquer pessoa possa acessar, e que você possa imprimir apenas a ficha que te interessar. Não tem muito sentido imprimir todas. Há fichas ligadas à produção animal, à produção vegetal, sanidade, fertilidade, enfim, vários aspectos relacionados à produção agropecuária.

O que a gente imagina é que, por exemplo, um professor de olericultura pode se interessar em imprimir só as fichas que estão relacionadas com a temática e usar em suas aulas. Um produtor de gado leiteiro quer algumas tecnologias associadas à produção animal. Ele imprime apenas as fichas que lhe interessam. Não necessariamente todo mundo precisa ter todas as fichas, a coleção inteira.

Fizemos um exercício, conseguimos juntar algumas fichas, e a partir delas fizemos um trabalho de escrever, enviamos para vários técnicos, colegas, pesquisadores da Embrapa, técnicos, que colaboraram com a revisão dos materiais. E, além disso, fizemos testes com os agricultores. Levamos essas Fichas para campo, para saber se os agricultores, pegando as Fichas, conseguiriam reproduzir, utilizar aquela tecnologia.

Chegamos a um primeiro conjunto de Fichas, 120 Fichas, que estamos lançando agora. A ideia é estimular que mais pessoas produzam Fichas. Do mesmo modo que um técnico que está fazendo uma pesquisa faz um trabalho para publicação, ele pense “o quê da minha pesquisa posso transformar em uma ficha?”. De uma tese de mestrado é possível pegar 3 fichas, por exemplo. Um agricultor jamais iria pegar um trabalho de 200 páginas e extrair dele uma parte, uma tecnologia para utilizar.

E já que estamos falando de agroecologia, temos que entender que nem sempre uma tecnologia que serve em um lugar vai servir em outro. E tem a questão da regionalização, da avaliação, da validação dessas tecnologias.

Para fomentarmos esse processo de produção de novas fichas, nessa última Chamada de Núcleos de Agroecologia, incluímos uma cláusula de que cada um dos Núcleos apoiados tem a responsabilidade de gerar pelo menos duas fichas durante o período do contrato. O que a gente quer é que sejam fichas com tecnologias regionalizadas, atendendo às necessidades de cada uma das regiões em que os Núcleos estão inseridos.

Acredito que as fichas já serão disponibilizadas no Portal de Agroecologia, para que em breve todo mundo possa acessar e imprimir as suas fichas. E um pedido para os colegas da Embrapa

presentes aqui é estimular que os colegas da Embrapa pensem em produzir mais fichas. Toda ficha tem a citação de quem é o responsável por essa tecnologia, de quem trabalhou a sistematização da tecnologia, porque às vezes quem elaborou não conseguia colocar na linguagem que precisava, então recorremos a pessoas que pudessem adequar a a linguagem. Inclusive fizemos também a adequação das medidas, porque às vezes o texto estava “coloque x gramas” e transformamos, com o auxílio de métodos de laboratório, em medidas como uma tampinha de cerveja, uma caixa de fósforos, para transformar aquela quantidade em algo que o agricultor possa ter como medir no campo.

Esperamos que todos divulguem, porque quanto mais pessoas utilizarem, avaliar, questionar, muitas vezes comunicar (“testei e não funcionou”), para que a gente possa verificar se funciona em uma região e em outra não, etc.

Suiá – SEAD

Apresentação Hot Site Planapo

A CIAPO também retomou os trabalhos, já realizamos duas reuniões neste semestre e criamos o GT de Comunicação.

Vimos que seria estratégico comunicar mais o Plano e a Política, até em função do momento de repactuação do Plano e uma das nossas estratégias foi a recriação do Hot Site do Planapo na página da SEAD, agora com o segundo plano. Estamos também elaborando o portal da agroecologia do governo federal.

Começamos a diagramação do relatório de Balanço do Planapo 2013-2015. E após esse momento de repactuação faremos também a diagramação do Planapo 2016-2019, para termos publicados, tanto o relatório quanto o Plano, em meio físico e eletrônico.

Apresentação do Hot Site, que não é um site dinâmico, portanto não possui atualização. Ele será a seção “Planapo” no Portal de Agroecologia. A divulgação do Hot Site já pode ser feita (www.mda.gov.br/planapo). E temos ainda uma página no Facebook (Planapo).

Élson Borges (Zumbi) – STPOrg

É uma ferramenta muito importante e deve ter um potencial bem amplo. Fico imaginando que informações acessórias ao Plano, não exatamente sobre o conteúdo, mas informações tecnológicas e de organização social, como as formas de certificação participativa, SPG, OCS. Está crescendo muito o número de interessados. Segundo Rogério (Mapa), já estamos com 20 SPG – Sistemas Participativos de Garantia cadastrados.

Também incluir informações sobre as CPOrg, sobre quem são os representantes nacionais das CPOrgs, por exemplo. Para que possam nos utilizar como capilares das CPOrg, como fonte de informações nos Estados.

Suiá – SEAD

Apresentação Portal Agroecologia

Essa é uma ótima sugestão para o Portal. Lá haverá uma seção para os parceiros e podemos adicionar as informações dos CPOrg estaduais. Como o Hot Site não é dinâmico, esse tipo de informação não cabe. Mas o Portal vai ter mais ferramentas, vai ser lançado um pouco mais enxuto, mas a ideia é que seja expandido, e podemos incorporar essas sugestões.

O endereço é

www.mda.gov.br/planapo

O portal deve ser lançado no dia 16 de outubro, Dia Mundial da Alimentação. Esse projeto foi iniciado em função de uma oportunidade dentro da SEAD, e do contexto de repactuação da PNAPO, nessa mudança de governo, com os seguintes objetivos:

- a) Conferir um local de fala para o Governo, uma vez que já existem vários sites da sociedade civil, e este será um espaço para o Governo mostrar suas ações;
- b) Maior visibilidade aos resultados do Planapo;
- c) Acompanhamento social.

Apresentado o primeiro desenho de como será o Portal. Seções Política, Plano, Quem Somos, Notícias, Práticas Agroecológicas, Biblioteca, Eventos, Acesso Rápido e Contato.

A ideia é agregar valor para projeção da imagem do País, pois o Brasil também é uma referência internacional, como primeiro país a ter uma política sobre agroecologia e produção orgânica, com o cuidado socioambiental.

A página do Planapo será o próprio Hot Site, disponibilizando integralmente o Planapo 2016-2019.

Haverá área específica para a CIAPO e para a CNAPO, e podemos incluir também as CPOrg Estaduais, como sugerido.

As Fichas Agroecológicas, lançadas aqui, irão ser disponibilizadas na Seção Práticas Agroecológicas. Está será uma seção de destaque, que será alimentada com outros materiais, que beneficiem produtores, estudantes, técnicos, etc.

Roberta – Incra (Ascom)

A ideia do Portal é justamente mudar a perspectiva de que o MDA fique responsável por depositar todas as informações. A gente quer pedir da sociedade civil e dos demais órgãos de Governo um processo colaborativo de alimentação. Temos uma ideia de expansão do site em que todos os órgãos de governo se apropriam dessa forma mais direta de alimentação do portal.

Essa parte da biblioteca e das práticas agroecológicas vai ter um caráter colaborativo. As entidades vão mandar o material, que vai passar por um crivo de validação e exigências e a gente publica, mas essa seção não vai existir sem colaboração, porque esse não é um conteúdo fixo, é um conteúdo que sempre precisa estar sendo alimentado.

A intenção do site é que seja um lugar discursivo do Governo a favor da agroecologia. A gente sabe que temos vários pontos de tensões dentro do próprio governo, o caráter contra-

hegemônico que a agroecologia representa em qualquer que seja o momento político e como a gente tem crescido.

Além da inovação da política, na gestão, a gente quer fazer um portal onde a gente dê esse passo à frente na inovação colaborativa. Estamos fazendo essa primeira avaliação para coletar retornos e feedbacks. Seria bom que vocês pudessem nos mandar e-mail com colaboração, com ideias, etc. Já temos prevista a expansão desse site acolhendo todas as demandas possíveis.

Suiá – SEAD

(Finalizou a apresentação dos itens constantes da primeira versão do Portal.)

Temos pela frente o desafio da alimentação, e para isso devemos fazer reuniões bilaterais com diversos órgãos de governo que possam ter materiais para divulgação no portal.

Sidney – Representante da Associação dos Criadores de Abelhas do Amazonas (ACAM)

Temos um potencial muito grande, o das abelhas indígenas da nossa região. Sugestão de inclusão do Instituto de Pesquisa da Amazônia, que detém um vasto conhecimento sobre a região amazônica, com um vasto número de pesquisas que precisam ser disseminadas. Por exemplo, estava vendo nas fichas a questão do controle de formigas. Temos o tucupi, por exemplo, que é uma opção e não está aqui. Temos a Saracura-mirá, para controle da malária, entre outras plantas e ervas, com poder medicinal muito grande. O Brasil também precisa desse conhecimento.

Rogério Neuwald – SG/PR

Sugeri que a SEAD/CIAPO marcasse prazo para receber as colaborações.

Suiá – SEAD

Nós marcamos a reunião do GT de Comunicação para o dia 30/09, que já é na semana que vem. Nós não teremos tempo de buscar essas informações junto aos órgãos. Pedimos que os órgãos e instituições que queiram alimentar o Portal nessa etapa nos encaminhem as informações. A sugestão sobre o Instituto de Pesquisa da Amazônia é muito boa, só não teremos tempo agora de buscar essas informações.

Roberta – Incra (Ascom)

Pode não ser atendida agora, porque serão enviadas depois, mas podemos atender em um segundo momento. O *feedback* é muito importante. Quando lançarmos o Portal, ele estará longe de ser o ideal. A gente vai começar a construir coletivamente. Já temos uma ideia sobre a expansão e a transformação desse site, mas precisamos do *feedback* de quem vai usar o site.

A ideia é fazer uma convergência e não centralização de informações. É conseguir fazer um trabalho junto, para termos uma maior visibilidade para todas as ações.

A gente quer *feedback* sobre a experiência do usuário. A gente quer transformar a experiência de entrar no site, no Portal, uma propriedade da sociedade. Para a gente, até um “está ruim de

ler esse ícone” é um *feedback* muito importante. Vamos ficar nesse processo de experimentação até o final do ano, e recebendo essas informações, embora para o lançamento inicial, a data-limite para envio das solicitações e colaborações seja até o dia 29/09, porque no dia 30/09 estaremos fazendo a reunião.

Luiz Rebelatto – Sebrae Nacional

O Portal tem esse papel de ser algo vivo, que vai crescendo com informações, etc. A seção em que vocês colocam atores, parceiros, governos, sociedade civil, acho que já representa uma parte desse processo. Mas a parte de eventos, informações, que são muito dinâmicas e às vezes têm prazos pequenos, às vezes o evento pode ter acontecido e não ter ido para o Portal.

De repente, seria interessante juntar links de outros espaços, de outras instituições, outras fontes de informações, para que seja um Portal de outros portais ou de outros links, para que não haja aquela preocupação de sempre estar altamente atualizado, e a pessoa poder encontrar um caminho para chegar em outra informação. Que o Portal ajude nisso também.

Poderia ser algo que tira um pouco a angústia da necessidade de ter sempre alguém atualizando, porque informações hoje em dia circulam muito rapidamente e perdem também muito rapidamente a validade. Então a sugestão é ter outros links, outras fontes que possam ajudar nesse processo.

Suíá – SEAD

Pretendemos que futuramente essas informações mais dinâmicas sejam alimentadas por vários parceiros, com base na confiança mesmo, porque notícia é algo que não dá tempo de validar. Queremos mesmo ter uma rede de colaboradores, um ponto focal em cada instituição.

Se a sociedade civil se envolver nisso vai ser fantástico, consideramos superimportante essa colaboração. Sabemos que a sociedade civil tem também uma rede de comunicadores.

Queremos futuramente fazer assim e nesse momento, nós mesmos estaremos alimentando. Não sei se é possível adotar essa sugestão, teríamos que estudar para ver a possibilidade, de colocar links para outros sites que tenham essa atualização maior, de notícias, eventos, etc.

Roberta – Incra (Ascom)

Em um primeiro momento, vamos fazer um desenho de fluxo, de como as informações chegam e saem. A nossa ideia é de que não se abra a janela o tempo todo para sair do site, para que a pessoa possa “passear”, mas teremos espaços específicos de linkar com todos os parceiros e com eventos. Certamente, dentro do site você vai conseguir encontrar tudo o que existe de navegação relacionada à agroecologia.

Nesse planejamento que a gente tem, de que ele seja colaborativo, vamos ter que começar a lidar com questões que o Governo não está acostumado a lidar, não só com a validação, por exemplo, mas com a reputação do usuário, que são coisas que a gente vê dentro de sites colaborativos, que dão esse passo, e que a sociedade já está nesse local de acúmulo de informações, e nós teremos ainda que criar mecanismos desconhecidos ainda do controle da

esfera hegemônica, que é o Governo. E a gente está falando de uma coisa participativa. Tudo no seu tempo, passo após passo.

Verônica – MMTRNE

A ideia do Portal da Agroecologia é que seja participativo, dinâmico, plural, enfim, trazer toda essa diversidade e essa dinâmica que é da agroecologia. A forma que está sendo construído está muito legal e no processo a gente vê. Quem estiver disposto a enviar contribuições, vai ajudar muito.

Rogério Neuwald – Segov-PR

Tem que ser destacado, e que é meritório no processo, é que a SEAD, por meio da CIAPO, puxou essa iniciativa. Como tudo na agroecologia trabalha no sentido de ser colaborativo, o site vai ser “agroecologia.gov”, mas não é um site que fica vinculado especificamente à marca da SEAD, é uma marca do Governo, com participação da sociedade, o que coloca todo mundo no mesmo nível de igualdade e isso é uma coisa meritória que temos que destacar e reconhecer o trabalho da CIAPO, por essa iniciativa.

Verônica – MMTRNE

Tem um grupo, que não está aqui representado, também composto por membros da CNAPO, que fizeram uma reunião à parte sobre comunicação durante o nosso seminário, e trouxeram muitos elementos que podem ajudar nessa construção. Acho que esse pessoal também deve ser consultado para contribuir nessa construção.

Rogério Dias – Mapa

Lembrar que na reunião da CIAPO foi feita a sugestão de que o Portal tenha um espaço para o resumo dos trabalhos das STs da CNAPO, para que quem não pôde participar das reuniões tenha o resumo dos trabalhos e possa acompanhar mais de perto.

Suiá – SEAD

Estaria no espaço de reuniões, um espaço específico para as STs da CNAPO.

Roberta – Incra (Ascom)

Para finalizar a apresentação, dizer que vamos começar do mais simples possível. Não vamos começar com todos os recursos previstos e isso tende a expandir. Às vezes a gente gera uma expectativa, e ainda estamos começando a construir as condições de alimentação, todo o circuito e os desenhos de fluxos pelos quais essas informações vão passar.

Acho importante começar com uma expectativa baixa, trabalhar bem o pequeno, semear para poder crescer.

Suiá – SEAD

Agradeceu à equipe da CIAPO, à Roberta, ao André, do Incra, que também está colaborando, o Vítor, da equipe de comunicação da SEAD.

Luciano Matos – Embrapa

O portal do MDA foi retirado do ar. Novamente o velho problema da América Latina, a não diferenciação entre Governo e Estado. Mudou o Governo, então nada que o outro Governo tinha presta, tira mudar tudo. É necessário ter uma visão de Estado, e que aquilo que esteja trazendo benefícios para a sociedade seja mantido.

Seria importante recuperar informações importantes que foram retiradas, como publicações que foram retiradas, o próprio Plano Safra da Agricultura Familiar, entre outras informações, que estejam de alguma forma vinculadas ao Portal da Agroecologia.

E uma sugestão de nome. “Portal da Agroecologia do Governo Federal”. Agroecologia não é do Governo Federal. Agroecologia é uma concepção de produção e de ciência que é de domínio público. Seria melhor “Portal de Agroecologia – Governo Federal”. Acho que ficou um pouco presunçoso termo “Agroecologia do Governo Federal”. É um detalhe que parece uma coisa boba, mas é uma nuance que revela. Teria que mudar isso.

Fundamentalmente, como uma estratégia de Estado, preservar aquilo que está levando coisas boas para a sociedade. Ter ao menos links nesse portal para o que for relevante para a agroecologia, para a agricultura familiar como um todo e recuperar publicações importantes que foram retiradas.

Defender a visibilidade do Plano Safra da Agricultura Familiar. Falei errado, mas tem publicações que foram retiradas.

Suiá – SEAD

Não sabia, mas tentaremos resgatar as que tiverem relação com a agroecologia. Passemos ao próximo ponto.

Esse nome, “Portal da Agroecologia do Governo Federal” é o nome como estamos chamando hoje, mas não será esse o nome no site. O nome será “agroecologia.gov” e terá a logo do Governo Federal.

Monitoramento e Avaliação

Estamos novamente com o desafio do Monitoramento, que como vinha sendo feito era muito trabalhoso. Esse ano já teremos que fazer o primeiro e estamos levantando algumas estratégias para fazer algo mais simplificado.

Retomamos o GT de Monitoramento da CIAPO, do qual participam vários órgãos. Vimos que havia várias linhas de ação nesse tema:

- Monitoramento 2016;
- Criação de um sistema eletrônico;
- Monitoramento Territorial;
- Indicadores de impacto e resultados.

Subdividiu-se o GT em três grupos, a ideia é fazer também em conjunto com a CNAPO, sobretudo para o monitoramento territorial:

- a) Monitoramento 2016;
- b) Macroindicadores do Plano;
- c) Monitoramento Territorial.

Para o Monitoramento de 2016, vamos tentar usar uma ferramenta simplificada, em Excel, e vamos analisar também uma ferramenta do MAPA.

Sobre o monitoramento territorial, CIAPO e CNAPO já fizeram articulação com a área técnica da SDT. Está faltando conversar com o Secretário da SDT e com os demais órgãos, para a construção de uma metodologia.

O sistema eletrônico de monitoramento ficou acordado que seria a última coisa, depois que a gente tivesse uma estratégia mais definida, aí sim partiríamos para o desenho, a construção de um sistema eletrônico de monitoramento.

Sobre os indicadores, também será necessário fazer um levantamento, estudo, talvez contratar um consultor para fazer esse levantamento, uma proposta de indicadores, fazer uma oficina, validar esses indicadores, etc.

Vamos retomar as reuniões dos GTs em outubro.

O Relatório do Balanço está pronto, já foi encaminhado para a CIAPO. Ainda não foi para a CNAPO. Será diagramado e publicado e consideramos que o Planapo 2013-2015 teve uma boa execução. Temos uma apresentação do Balanço, mas é uma apresentação grande e não está atualizada, é a mesma que foi enviada para as STs da CNAPO em abril, com algumas alterações.

Embora seja um relatório “duro”, com uma linguagem muito técnica, faltou depoimentos dos agricultores, etc. Mas nós estamos tentando, nas reportagens que estamos fazendo, colher esses depoimentos e quem sabe para o futuro fazer uma outra publicação.

Rogério Neuwald – Segov-PR

Acho que é importante, no aspecto do monitoramento territorial, que é um debate que vem acontecendo há longo tempo aqui na CNAPO. Nós tínhamos feito todo um movimento junto à SDT e também com demais parceiros, como a ANA, a ASPTA, a Universidade do RJ, a UnB, um diálogo que vinha desde o começo deste ano e tínhamos avançado em algumas coisas.

Nesse momento de interinidade a coisa ficou em banho-maria, mas há 15 dias nós nos reunimos com a área técnica da SDT para discutir a retomada desse diálogo para construir a proposta. Foi muito receptiva a conversa, com algumas propostas de metodologia de trabalho, etc. Mas não conseguimos conversar com o secretário da SDT, em função de que a SDT também está em um momento ainda de definições. Temos que avançar nessa discussão. Todos nós sabemos da importância do monitoramento da tabela, do sistema, etc., mas só isso não responde sobre os reais efeitos da política. O monitoramento territorial seria a forma que

nós teríamos de tentar ver o política faz no território e até o que ela deixa de fazer, como forma de ter um *feedback*.

Está nas nossas prioridades e em um determinado momento, a partir de uma definição mais clara da SDT, de onde fica a política dentro do MDA, de retomar essa discussão, em cima das bases do que estávamos discutindo.

Tanto o MDA quanto a Segov-PR temos isso como prioritário, mas estamos em *stand-by*, aguardando uma posição do secretário novo da SDT e o que vai acontecer com a SDT, para que possamos ter um caminho. Já fizemos algumas discussões com a área técnica e um dos caminhos que a gente acha que pode ser é uma articulação não só com os Colegiados Territoriais, mas com os núcleos de agroecologia, que têm um potencial grande para trabalhar nisso e a sociedade civil, que tem um papel protagonista porque ação no território sem a sociedade civil a gente sabe que não acontece.

Tudo isso a título de informe, pois não temos nada mais concreto ainda.

Ferrari – CTA-ZM

As questões que vocês estão colocando tinham muito sentido naquele momento em que discutíamos o monitoramento, e a gente percebia as limitações de se fazer o monitoramento da implementação do Plano a partir apenas dos indicadores de execução orçamentária.

Mas agora temos que levar em consideração o contexto novo que estamos vivendo. Estamos aqui ainda refletindo, nos apresentando, e procurando entender quem é que está sentado aí na mesa agora. Ficou muito claro nas falas hoje de manhã que nós entendemos que o papel central nosso aqui é garantir que se deem passos à frente, que nenhum direito seja perdido. Desse ponto de vista, temos que considerar que o monitoramento agora tem um aspecto essencial para nós. A gente precisa acompanhar e saber se os passos estão sendo dados à frente ou para trás. Ganha outra relevância saber da execução orçamentária. O que está sendo feito, se as chamadas de ATER estão saindo, quanto está sendo aplicado, etc., nas diferentes ações do Plano.

Temos que continuar avançando sim, do ponto de vista de pensar em estratégias de monitoramento que deem conta de verificar na ponta os reais impactos do Plano, mas é fundamental para a gente saber se o Plano está sendo levado a sério e está sendo implementado de fato.

Temos um problema que é até anterior a isso que você chamou de “revalidação”. O que eu não concordo que seja revalidação, se me permite, eu queria discordar no sentido de que é “validação”. O plano foi construído de uma forma participativa e a gente quer saber agora quais são os orçamentos que cada ministério alocou, que vai efetivamente desembolsar para realizar as ações previstas no Plano. A partir disso, precisamos monitorar e debater em que medida as ações do Plano estão sendo implementadas. Eu acho que retorna uma importância fundamental de saber o que está sendo feito em termos de aplicação dos recursos.

Rogério Neuwald – Segov-PR

Correto, Ferrari, o termo é mesmo “validação”. O que está posto para nós, no diálogo com a CIAPO, é que nós vamos mandar o Plano para que os Ministérios e órgãos façam uma crítica sobre ele. O Plano foi feito sem um orçamento definido, em função do contexto do seu lançamento. O Plano não tem um valor.

Discutimos na última mesa coordenadora da CNAPO, e depois na CIAPO, que temos que fazer um plano operativo e identificar também dentro dos ministérios o quê está colocado como orçamento. No primeiro momento, vamos devolver aos ministérios e órgãos para validar o Plano.

Definimos na última reunião da CIAPO que os nossos técnicos já iam começar a trabalhar dentro dos ministérios, das instituições, na construção de notas técnicas, enfim, o que for necessário, para que se estabeleça o orçamento de 2016, o que realmente existe. E que nós possamos construir o de 2017 também, porque nesse momento o projeto de lei está no congresso e não foi votada a lei orçamentária ainda.

Construir a partir de 2017, todos os outros passos existentes. Hoje, não temos a informação de quanto orçamento tem para cada atividade que consta no Plano. Muitas coisas estão acontecendo, como por exemplo, o processo dos núcleos de agroecologia está bem avançado, para sair os editais. Mas não temos essa leitura, nem dentro dos ministérios, acredito, porque foi o comentário na CIAPO.

O processo é esse: validar o Plano junto aos ministérios, enxergar o orçamento existente para 2016, o que tem para 2017 e trabalhar fortemente para os outros anos. Você tem razão, isso está no vazio, não temos nada concreto. Está no foco de todos, no âmbito da CIAPO, inclusive tiramos esse encaminhamento.

Suiá – SEAD

Encaminhamos as planilhas para os membros da CIAPO. No momento de elaboração do Plano, conseguimos levantar o orçamento necessário para algumas iniciativas, mas muitas estavam sem o orçamento, por isso se tomou a decisão de não colocar a coluna de execução orçamentária, na época. Estamos tentando resgatar essa coluna para ajudar na validação junto aos novos dirigentes do Plano.

Vamos enviar novamente as planilhas para os ministérios e órgãos, dando o prazo de quinze dias para manifestação. Quem não se manifestar, está considerando que está validado. Quem tiver alguma manifestação, nós vamos acatar, até para colocar essas alterações na publicação do Plano e para fazer as alterações na portaria também.

Já encaminhamos aos membros da CIAPO, para que eles já articulem com as áreas técnicas essa questão orçamentária, e também para basear os dirigentes para quando receberem essa demanda já saberem o que é mais relevante, quanto custa, e a ideia é realmente fazer os planos orçamentários anuais, os planos operativos, antecedendo a negociação do projeto da LOA de cada ano. Vamos fazer esses planos na CIAPO, em conjunto.

Araújo (INCRA)

De manhã tivemos a mensagem de que estamos dispostos a continuar. E agora, o que faremos? Claro que a sociedade civil já tem os seus mecanismos de mobilização, de pressão, etc., que com certeza colocará nas ruas. Nós, dentro dos ministérios e órgãos, estaremos tentando fazer todo o convencimento embasar todo esse tipo de questão aos novos dirigentes.

Hoje, estamos discutindo aqui dois importantes temas que são fundamentais nesse novo contexto, que são o monitoramento e a comunicação. São elementos que podem fazer que a política tenha continuidade. Como muitos colegas já falaram, uma vez que a política esteja “na boca do povo”, para tirar é muito difícil, e a gente vê isso com outros programas sociais.

Dentro dessa lógica e sabendo que a própria autocrítica desse coletivo entendeu que dois pontos fracos dos nossos trabalhos foram comunicação e monitoramento, que pouco avançaram ou que poderia ter avançado mais, meu questionamento vai no sentido de tentar pensar um pouco sobre quais mecanismos poderíamos usar ou modificar na estrutura para que comunicação e monitoramento possam ser levados estruturalmente a sério, porque esses esforços iniciais foram de técnicos do governo que tentaram recuperar um pouco do debate sobre monitoramento que já havia sido feito, mas com certeza muita coisa se perdeu. E vamos ter que voltar a discutir muitas coisas. E o GT é apenas um GT, não sei nem se ele está estruturalmente configurado na CNAPO.

A CAISAN tem um comitê permanente de monitoramento. O que a gente pode mudar estruturalmente na CNAPO para que monitoramento e comunicação possam ser levados de forma mais regular, com reuniões, que envolvam não só os membros do governo, mas também representantes da sociedade civil? O Denis (ANA) falou, em certa oportunidade, que “comunicação não é só um site”. Se não é só um site, o que temos que mudar hoje na dinâmica, na estrutura da CNAPO, para que esses dois temas sejam dois pontos fortes? Esses dois pontos têm que ser prioridade. Essa é uma provocação, portanto, para que a gente coloque algo de novidade na estrutura ou pense em estratégias.

Denis - ANA

Agradeço ao André pela provocação. De fato, é um tema que merece atenção, nessa questão especificamente da comunicação, que é do qual vou falar. Lembrando que uma das primeiras medidas desse Governo foi cortar todo o apoio aos meios de comunicação mais democráticos, que davam voz aos setores da sociedade que não são ouvidos pelos meios de comunicação corporativos. É um tremendo passo atrás, vários passos atrás. Perdemos com essa medida autoritária e antidemocrática que foi tomada pelo Governo.

No debate do Planapo, fizemos um esforço grande no sentido de formular propostas nessa área da comunicação. Tivemos no seminário um grupo de discussão sobre esse tema, com participação da sociedade civil e de governo, por meio das assessorias de comunicação de vários ministérios e órgãos. Deveríamos retomar essa perspectiva. Os nossos companheiros e companheiras do campo da Comunicação têm nos cobrado, sobre os resultados dessa reunião ocorrida no seminário.

A Proposta, que na verdade já existia desde aquele seminário foi de se estruturar um espaço de discussão, governo e sociedade, na CNAPO, em torno dessa questão da comunicação na política de agroecologia. Devemos retomar essa proposta e em uma próxima plenária fazer esse debate acontecer.

Rogério Neuwald – Segov-PR

Foi criado um GT de Comunicação dentro da CIAPO, para encaminhar as questões relativas à comunicação. Nesse primeiro momento, as prioridades foram o Hot Site e o site. Levantamos a discussão, na última reunião da CIAPO, de incorporar ao debate desse GT aquelas propostas apresentadas na reunião ocorrida no seminário, para fazer uma análise em cima dessas propostas, conjuntamente no Governo, porque elas vieram da sociedade civil para o Governo, e a gente ver como é que encaminha, como é que se trabalha isso.

Claro que a conjuntura mudou muito. O pessoal da área técnica de comunicação dos ministérios saiu todo, temos que reiniciar, partir do zero de novo, não tem outra saída. Mas não está fora do foco. Quando a gente coloca na nossa proposta de debate OS TEMAS Comunicação e Monitoramento, como os temas centrais de hoje, e os outros temas da pauta são muito mais operacionais do que estratégicos, como a questão do Mandato e da programação, que são pontos ordinários, que teremos que fazer de qualquer forma, estamos dizendo que os temas são estratégicos.

Objetivamente, esse é outro debate, que estava adormecido e que nós colocamos na última reunião da CIAPO, sexta-feira passada, a demanda da CNAPO, de continuidade desse trabalho. E nesse GT, após a conclusão do site, o próximo tema será o tratamento daquela proposta. Ver o que é factível daquilo que foi levantado e como é que encaminhamos em nível de ministério.

Suiá – SEAD

Não sei se na plenária de novembro a gente poderia fazer uma reunião com a sociedade, já que não tem uma ST de Comunicação. Pensamos em criar um Grupo de comunicação com a sociedade, até pensamos em fazer agora, mas não haveria tempo disponível. Mas para a próxima acho necessário.

Verônica – MMTRNE

Vamos aos encaminhamentos:

Necessidade de um plano de execução do Planapo em 2017, se possível na próxima reunião plenária;

Precisamos saber quais ações foram validadas nos ministérios, com os devidos orçamentos para 2017;

Vamos ter um relatório de avaliação do monitoramento da execução do Planapo em 2016, a partir da metodologia definida pela CIAPO, para a CNAPO poder se posicionar sobre o tema;

A proposta do monitoramento territorial também será trazida, para a CNAPO acompanhar a elaboração da proposta que está sendo negociada com a SDT para que a gente possa começar a executar em 2017;

Tentar retomar o grupo da comunicação, e na reunião da Mesa Coordenadora esse tema veio muito forte. Essas ferramentas que foram apresentadas hoje são muito importantes, ficaram muito bonitas, mas elas têm que responder a uma estratégia maior da comunicação, ou seja, têm que corresponder a um objetivo. Temos que ter um plano com estratégia definida de comunicação, e para isso é importante retomar o grupo de trabalho que se constituiu durante o seminário, para que possamos avançar nessa perspectiva de ter um Plano de Comunicação.

Suíá – SEAD

Queremos fazer um plano interministerial de comunicação do Planapo. Iremos contratar um consultor para construir conosco esse plano. Ele deverá fazer várias entrevistas junto ao público-alvo para saber quais são as demandas, quais são as melhores mídias para atingir cada público, etc. O portal não será para todos os públicos, há outras formas para acessar os diferentes públicos. Vai ser feito um estudo.

Verônica – MMTRNE

Na reunião da Mesa Coordenadora já soubemos dessa importante informação, da contratação do consultor, e já levantávamos que um consultor sozinho não vai dar conta disso, se não houver a participação dos principais envolvidos no processo.

Suíá – SEAD

Sobre as reuniões dos sub-grupos de Monitoramento, iremos marcar para o início de outubro. O momento da participação da sociedade civil será durante as reuniões de STs da CNAPO.

Verônica – MMTRNE

A CNAPO tem um grupo de monitoramento que foi criado para pensar em uma metodologia de monitoramento, mas ele não é um grupo permanente.

Suíá – SEAD

Eu acho que seria interessante ter um grupo permanente sim, ou a gente retomar isso na próxima plenária.

Verônica – MMTRNE

A partir da Metodologia que será apresentada pela CNAPO, na próxima plenária, de como será esse acompanhamento, se a sociedade vai participar, e como será essa participação, etc., a gente pode aprofundar mais. E temos que fazer de forma alinhada com a proposta de monitoramento dos territórios.

Rogério Neuwald – Segov-PR

Temos duas situações. O monitoramento da meta, da iniciativa, do financeiro, etc., que é uma situação em que eu não vejo como necessário um grande debate entre governo e sociedade civil quanto às ferramentas, etc. A sociedade civil quer saber do Governo o que foi feito, o que não foi feito, quanto foi aplicado, o que foi a fala do Ferrari aqui mais cedo. É isso que a sociedade civil quer e é essa a resposta que temos que dar.

As fichas serviram para isso em determinado momento, nós queremos avançar no monitoramento em relação à CIAPO, no sentido de ter um monitoramento eletrônico que evite essa dificuldade que é a Ficha, que é um método que esse ano provavelmente nós teremos que trabalhar novamente. Mas é uma coisa muito mais do Governo, fazer essa construção desses elementos, para depois dar a devolutiva para a sociedade civil. Não vejo necessidade, a não ser que a sociedade queira, de a sociedade estar tão presente nessa discussão.

Em relação ao monitoramento territorial, esse sim, acredito que seja o grande debate, o gasto, o esforço de energia nosso, tanto de governo quanto de sociedade, na construção da proposta.

Tem essa situação do monitoramento físico e financeiro, digamos assim, que o Governo tem que construir isso e dar respostas para a sociedade civil, consultando a sociedade se aquilo está acordo, mas é uma tarefa mais nossa.

O monitoramento territorial sim, essa é uma construção que envolve, objetivamente, muito mais sociedade civil e governo. No mínimo, temos que ter a tarefa de na próxima reunião e ter uma proposta de como será esse monitoramento territorial, mesmo não tendo um grupo que esteja discutindo na CIAPO, mas a proposta pode passar por todas as STs e a partir dessa proposta formulamos conjuntamente na próxima reunião se criamos um grupo, etc. Penso que dessa forma conseguimos encaminhar de uma forma que seja objetiva.

Verônica – MMTRNE

No momento é isso que a gente tem, vamos ver na próxima reunião, com o compartilhamento dessas novas metodologias, como é que vamos avaliar.

RENOVAÇÃO DOS MANDATOS DA SOCIEDADE CIVIL

Verônica – MMTRNE

É o momento de saber se a sociedade civil continuará e de que forma continuará. Ontem à tarde a sociedade civil fez uma plenária e pautamos esse tema, da renovação dos mandatos.

Rogério Neuwald – Segov-PR

Informe: A portaria que designa os membros da sociedade civil expira no dia 20 de novembro. Todos podem ser reconduzidos, pelo formato que foi feito anteriormente, ou pode haver alterações, é uma decisão da sociedade civil. Temos como pressuposto que a sociedade civil

tem que definir isso, o Governo não irá interferir. Essa é uma decisão que está a cargo da sociedade civil, se vão renovar todos os mandatos e representantes ou não.